

ROSA LUXEMBURGO



**Sobre a Constituinte
e o governo provisório**





Sobre a Constituinte e o governo provisório

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Diretor

Torge Löding

Coordenadores

Christiane Gomes

Daniel Santini

Elis Soldatelli

Jorge Pereira Filho

Katarine Costa (Comunicação)

Verena Glass

Administrativo

Aidee Sequeira

Andressa Rosa

Artur Minotelli

Davide Simadon

Debora Ruiz

Everalda Novaes

Marilisa Egushi

Expediente

EDIÇÃO: Jorge Pereira Filho

REVISÃO: Miguel Yoshida

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: Estúdio Bogari

Imagens

Capa: *Domingo sangrento* – em 9 de janeiro de 1905, tropas tsaristas massacram o povo russo em São Petersburgo.

Verso de capa: Reprodução de Vladimir Makovsky, 1905.

Página 2: Rosa Luxemburgo, em fotografia de 1907.

ROSA
LUXEMBURGO

Sobre a Constituinte e o governo provisório

Tradução

Grazyna Costa
Pedro Leão da Costa Neto

Apresentação e notas

Holger Politt

Revisão técnica

Isabel Loureiro



FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO

Sobre a Constituinte e o governo provisório

Título original: *Rzecz o Konstytuancie i o Rządzie Tymczasowym*

[cc] Fundação Rosa Luxemburgo, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Luxemburgo, Rosa, 1871-1919

Sobre a constituinte e o governo provisório / Rosa Luxemburgo; trad.

Grazyna Costa, Pedro Leão da Costa Neto. – 1.ed. – São Paulo:

Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

Título original: *Rzecz o Konstytuancie i o Rządzie Tymczasowym*

ISBN 978-65-990744-6-2

1. Ciências políticas 2. Constituição 3. Brasil – História – Governo provisório 4. Capitalismo 5. Comunismo 6. Democracia 7. Luxemburgo, Rosa, 1870-1919 8. Marxismo 9. Rússia - História – Revolução 10.

Socialismo

I. Costa, Grazyna. II. Neto, Pedro Leão da Costa. III. Título

21-55845

CDD-320.9

“Esta publicação foi realizada pela Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)”.

“Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de ‘Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas’ (BY-NC-ND)”



Sumário

Rosa Luxemburgo sobre questões fundamentais da revolução política	9
<i>Holger Politt</i>	

Sobre a Constituinte e o governo provisório	15
<i>Rosa Luxemburgo</i>	

APRESENTAÇÃO

Rosa Luxemburgo sobre questões fundamentais da revolução política¹

*Um texto sobre a Revolução de 1905-1906
no império tsarista*

HOLGER POLITT²

O PRESENTE TEXTO FOI REDIGIDO POR ROSA LUXEMBURGO EM 1906, QUANDO estava presa em Varsóvia, mas nem de perto alcançou a notoriedade de dois outros de seus escritos da prisão da época da Primeira Guerra Mundial, *A crise da social-democracia*, de 1916, e *A Revolução Russa*, do final do verão de 1918, publicado pela primeira vez por Paul Levi em 1922. Em parte, essa diferença de repercussão pode ser atribuída à língua em que

.....

- 1 Tradução: Isabel Loureiro.
- 2 Pesquisador e diretor do escritório da Fundação Rosa Luxemburgo em Varsóvia.

os três textos foram redigidos. Enquanto os opúsculos hoje conhecidos e frequentemente citados foram redigidos em alemão, este escrito, datado de 1906, hoje quase esquecido, foi concebido em polonês. Rosa se dirigia ao proletariado em luta no Reino da Polônia, um importante ator da revolução dos trabalhadores que havia irrompido em janeiro de 1905 em São Petersburgo, no império tsarista, ao qual pertencia o Reino da Polônia desde 1815.

No final de 1905, Rosa Luxemburgo fora ilegalmente de Berlim para Varsóvia. Ela esperava vivenciar a queda próxima do tsarismo em todo o império russo e a instauração de uma República democrática que garantisse plenas liberdades políticas. Imediatamente após sua chegada, jogou-se na atividade revolucionária que, no seu entender, consistia em trabalhar como jornalista e em analisar a situação. Ela evitava barricadas e assembleias, manifestações e movimentos grevistas. Sua arma afiada eram a pena e o papel impresso. Mesmo assim, foi detida em seu apartamento em março de 1906, provavelmente depois de ter sido denunciada. Até o final de junho daquele ano ficou em três prisões tsaristas em

Varsóvia, no final mais de dois meses no famoso e famigerado pavilhão X da fortaleza da capital polonesa, reservado aos prisioneiros políticos. Nos primeiros meses de prisão, lançou-se ao trabalho teórico, redigiu diversas brochuras e contribuições para a imprensa operária ilegal, dentre as quais *Sobre a Constituinte e o governo provisório* é certamente seu trabalho mais notável do ponto de vista atual.

Convencida da proximidade da vitória da revolução dos trabalhadores no império tsarista, Rosa Luxemburgo se colocou, e aos leitores, diante da situação de que todos os elementos e etapas isolados daquela revolução, já experimentados, desembocariam finalmente numa gigantesca e nova irrupção que varreria o poder tsarista. Na primeira parte do texto, ela desenvolve a dialética entre o governo provisório, novo centro político de poder que surgiria diretamente da revolução vitoriosa, e a futura Assembleia Constituinte, que finalmente seria aprovada por todos os cidadãos aptos a votar no país – ou seja, no império tsarista. Logo fica claro quanto o conceito de Rosa Luxemburgo depende da liberdade política conquistada com a queda do tsar, das li-

berdades civis básicas – liberdade de expressão, de reunião e de organização –, cuja garantia é uma tarefa fundamental do governo provisório.

Na segunda parte, são abordadas questões centrais no âmbito do movimento operário polonês, nem sempre fáceis de compreender, uma vez que o contexto específico está hoje muito distante. Nessa parte, Rosa Luxemburgo organiza elementos que desenvolverá posteriormente. Insiste na instituição de um parlamento central no império russo e na coesão do gigantesco país, independentemente da composição étnica e das nacionalidades. Só uma estreita cooperação do movimento dos trabalhadores em todo o império tsarista, sem considerar o pertencimento às diferentes nacionalidades, seria uma garantia de poder de fato derrubar a dominação tsarista. Enquanto representante famosa da Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL), partido que ajudara a fundar em Zurique em 1893, Rosa Luxemburgo polemiza com as ideias adotadas pelo Partido Socialista Polonês (PPS), fundado em 1892 em Paris, que era a favor de um caminho especial polonês, pois acreditava que a

revolução que vinha agitando o império tsarista desde 1905 tinha traços específicos russos, que seriam menos relevantes da perspectiva dos interesses dos trabalhadores poloneses.

Rzecz o Konstytuancie 
i
 o Rządzie Tymczasowym.



Wydawnictwo
„Czerwonego Sztandaru”
Warszawa, 1906.

Sobre a Constituinte e o governo provisório

ARSZAWA

Urodowa po wybuchu bomby

d. 19 Maja 1905 r.





Nota do editor: As notas não identificadas são de Holger Politt. As do tradutor são identificadas por (N. T.) e as do editor por (N. E.).

p.14: Original polonês.
p.16-17: Varsóvia, 1905.



A REVOLUÇÃO OPERÁRIA QUE HÁ UM ANO E MEIO SE ALASTRA PELO TSARISMO ESTÁ se aproximando do seu período decisivo. Até o momento, a batalha custou inúmeras vítimas entre o povo trabalhador de todo o país, mas o governo tsarista já perdeu nesta luta todas as reservas e bases da sua existência.

Apesar das furiosas matanças e perseguições, graças aos esforços desesperados de abafar a revolução com uso da violência, o absolutismo se afunda mais rapidamente neste abismo, apressando com isso a própria morte e o nascimento de uma nova ordem no país: o nascimento daquela liberdade política pela qual o proletariado da Rússia e da

Polônia derrama, sem medida, o seu sangue. Ninguém pode prever, antecipadamente, nem o dia nem o mês da derrota definitiva do governo tsarista. Também é difícil prever as formas e as circunstâncias do acerto de contas final do povo revolucionário com os remanescentes do poder tsarista. Mas estas perguntas não têm nenhuma importância. Quando tais circunstâncias aparecerem, apenas o que importa é a classe operária estar à altura dos desafios. E isso significa não apenas que os operários precisam, no momento certo, adquirir a coragem necessária para a batalha decisiva, como também mostrar heroísmo, prontidão para o sacrifício, um desejo ardente de vitória e uma vontade de ferro de lutar até o fim. Ninguém que presenciou, até os dias de hoje, seu heroísmo, sua resistência e coragem pode duvidar destas características de espírito do proletariado polonês e russo. E quando chegar a hora do combate decisivo pela liberdade política, nosso operário [polonês] tanto quanto o seu irmão, o proletário russo, com certeza se mostrarão dignos das tradições internacionais desta classe que, como diz o *Manifesto Comunista*, “nada têm a perder a não ser os seus grilhões.

Têm um mundo a ganhar”.¹ Mas o heroísmo das massas e a valentia não são suficientes. Uma segunda condição é igualmente importante e indispensável para a definitiva vitória sobre o tsarismo: que a classe operária entenda de forma absolutamente clara por que está lutando, que tenha clareza dos propósitos *que pretende alcançar, das providências a serem tomadas para tornar real aquela liberdade política que é o objetivo da luta que trava*. Em todas as modernas revoluções – na França, na Alemanha – a massa do povo trabalhador produziu milagres de valentia até o momento de derrubar os velhos governos. Mas, uma vez alcançada a vitória e diante da necessidade de construir uma nova ordem, o povo não sabia, em sua maioria, por onde começar e, ou esperava passivo até que outros colhessem os frutos debaixo do seu nariz, ou criava esperanças e ideias totalmente fantasiosas sobre o que deveria ser feito e toda vez o final era sempre o mesmo. A burguesia que, naquele período, na França e na Alemanha não era tão corrompida como a nossa atual, e que aspirava à liberdade, tratava o povo segundo o ditado “quando a miséria aperta se vai ao judeu, depois da miséria fora o judeu”. Assim

que a luta revolucionária derrubasse os velhos governos, os partidos burgueses imediatamente se voltavam contra os operários: os heróis da revolução de ontem eram tratados como perigosos bandidos, eram desarmados, eram mandados “ao trabalho”, enquanto o poder político – o governo, as finanças, a polícia – ficava nas mãos da burguesia, que constituía uma nova ordem para seu próprio benefício e com prejuízo para o povo trabalhador.

Naquelas condições, de 100 ou de 60 anos atrás, tudo isso era natural. Hoje, no tsarismo, a classe operária não segue mais a direção da burguesia, mas luta para si mesma, em nome dos seus próprios interesses. Mais ainda, torna-se necessário, desta vez, que logo após a vitória sobre o governo absolutista, o proletariado revolucionário seja o senhor, e não os burgueses parasitas da revolução; para isso é preciso que o proletariado tome em suas próprias mãos a constituição da nova ordem. Para este fim, ele precisa saber e entender exatamente *como fazer isso*.





A revolta da tripulação no encouraçado Potemkin é um dos momentos emblemáticos da insatisfação contra o tsar na Rússia, em 1905.



IMAGINEMOS POR UM INSTANTE QUE JÁ ACONTECEU UMA EXPLOSÃO REVOLUCIONÁRIA generalizada, uma explosão violenta e simultânea em todo o país, visto que não se pode pensar outra maneira de vencer o tsarismo. Imaginemos a explosão simultânea de uma greve geral nas indústrias de todas as principais cidades, de uma greve dos ferroviários, dos trabalhadores dos correios e telégrafos, de um levante dos camponeses em inúmeras regiões, de uma revolta da marinha em vários pontos e finalmente uma revolta nos quartéis; imaginemos que essa insurreição geral revolucionária cercou o governo por todos os lados. Imaginemos uma luta armada como a de Moscou,²

ocorrendo com intensidade em muitos pontos importantes, o governo sem tropas suficientes para enviar aos diferentes lugares, um exército que se torna cada vez mais vacilante e começa a recuar; enfim, a resistência do tsarismo se debilita cada vez mais, o caos aumenta, o governo perde totalmente a cabeça, se dispersa, deixa de existir qualquer ordem, os ministros e o tsar começam a pensar cada um em se salvar, em fugir ou em esconder-se da fúria do povo, a vitória da revolução se aproxima nas principais localidades. Toda esta imagem não é de forma alguma apenas uma linda fantasia, porque cada detalhe deste quadro, tudo o que foi aqui enumerado já aconteceu em vários momentos no decorrer da revolução. A imagem descrita acima consiste apenas *em juntar todos estes momentos, em reuni-los em um único acontecimento*, justamente porque tal reunião permite a vitória da revolução, e o desenvolvimento dos acontecimentos caminha nessa direção. Por isso temos todo o direito de representar tal imagem, para considerar os destinos futuros e as tarefas da luta. Imaginemos, então, por um momento, que durante a explosão geral da revolução, a vitória, enfim,

pendeu para o lado do povo nas principais cidades. O que fazer nesse momento? Como proceder? Qualquer operário consciente responde: é preciso imediatamente estabelecer a liberdade política, a república. Mas como fazer isso? O que significa estabelecer a liberdade política? Como entender isso?

É preciso ter uma resposta absolutamente clara para estas perguntas. O primeiro passo no momento da queda do governo tsarista deveria ser o imediato estabelecimento de um *novo governo*, a tomada do poder governamental pelo povo vitorioso. Em todas as revoluções, até agora, o vazio deixado pelos velhos governos foi preenchido pela burguesia. Na revolução atual esta é uma tarefa da classe operária consciente. Ela que, com seu próprio sangue pagou e pagará pela futura vitória da revolução, deve pela primeira vez apoderar-se dos frutos da sua vitória, deve tomar o poder governamental em suas mãos. Não para se iludir de que consegue manter o seu poder *permanentemente* na sociedade atual, mas para conduzir com mão de ferro as tarefas da atual revolução, para a realização do seu programa e, desse

modo, levar até o fim a obra revolucionária. Resumindo, o proletariado combatente precisa, no momento da vitória, tomar o poder em suas mãos, não para constituir um governo permanente, mas para estabelecer um assim chamado *governo provisório*, cuja tarefa seria manter o poder até que as tarefas da revolução sejam cumpridas e a nova ordem se consolide. O proletariado consciente no momento da vitória deveria constituir este governo com a sua vanguarda e com líderes socialistas. Aqueles que comandaram a luta no decorrer da revolução, esclarecem seus fins e desafios, conduzem as massas operárias para a luta e estão também destinados a dirigir o poder que cumprirá esses objetivos. Os dirigentes políticos do proletariado revolucionário, graças ao papel desempenhado durante a luta, serão membros naturais do futuro governo provisório. A tarefa desse governo será, antes de tudo, *a tomada do poder real o mais rápido possível* para impossibilitar que a reação derrotada e os remanescentes do velho governo voltem a dirigir [o Estado] de modo sorrateiro ou após a primeira interrupção da luta. Sendo assim, o governo provisório teria como tarefa o imediato desarmamento de

todo o exército que serviu o antigo governo, como também o desarmamento da polícia e, no mesmo instante, o armamento do povo revolucionário para constituir uma milícia proletária regular, pronta, a qualquer momento, para sufocar novos e desesperados sobressaltos da reação.

Depois vêm a destituição dos funcionários do tsarismo de todos os cargos, desde o mais alto até o mais baixo, e o preenchimento dos cargos necessários com reconhecidos e declarados partidários da revolução e dos interesses do proletariado; a tomada de todas as reservas e fundos governamentais e o estabelecimento de um imposto temporário sobre as riquezas e rendas para o bem público e as necessidades do governo e da revolução; o confisco de todos os bens e riquezas da família do tsar, da corte, das riquezas do governo e do numeroso bando de parasitas – dignitários tsaristas e também dos fugitivos da revolução – e a destinação dessas riquezas a serviço da sociedade.

A lista, acima, das principais e mais urgentes funções do governo operário provisório não pretende ser uma espécie de receita pronta para que os operários a decorem e a tenham

no bolso para a resolução dos futuros problemas e tarefas. Trata-se apenas de conseguir que a mais ampla massa dos trabalhadores entenda clara e nitidamente os seus principais desafios no momento da sua vitória sobre o tsarismo. Além do mais, estas não são ideias fantasiosas concebidas atrás de uma escrivaninha em um escritório, mas sim indicações resultantes da experiência de todas as revoluções anteriores. Nas revoluções burguesas, o povo trabalhador sempre sabia vencer, mas nunca soube aproveitar sua vitória. Especialmente nas revoluções francesa e alemã de 1848, a própria burguesia, já assustada com a força aterrorizante e com as reivindicações do proletariado, não tinha energia e coragem suficientes para imediatamente apoiar a liberdade política conquistada em sólidos fundamentos. Por isso, a reação derrotada voltava de repente ao poder depois de algum tempo; por exemplo, na França, após a revolução de 1848, a República se manteve apenas por quatro anos e em seguida Napoleão III tomou o poder e proclamou o governo imperial. Para se prevenir da volta do inimigo já derrotado ao poder – o governo tsarista –, é imprescindível que o proletariado

entenda perfeitamente que o seu papel no momento da vitória da revolução é tomar o poder o mais rápido possível, afastar dos cargos todos os capachos do governo tsarista e substituí-los por pessoas fieis à revolução, assim como tomar em suas mãos os meios materiais e as bases do poder: as forças armadas, as finanças, os impostos e os bens públicos.

Essas são as mais urgentes tarefas do governo provisório, entendido como um grupo de indivíduos, um centro responsável pelas ações e decretos adequados para que a derrubada e o desarmamento dos antigos governantes ocorram de imediato em todo o país, segundo um plano único e com um mesmo efeito.





O domínio russo sobre a Polônia caiu apenas em 1918
(Stanisław Masłowski, 1906).



ESTA É SÓ METADE DAS TAREFAS DO GOVERNO PROVISÓRIO REVOLUCIONÁRIO. A outra metade está na preparação das bases de uma nova ordem política. É óbvio que o governo provisório, como expressão e ferramenta da vontade do proletariado, é obrigado, logo após a queda do governo tsarista, a anunciá-la a todo o país e a proclamar a República, isto é, afastar qualquer poder monárquico. Além disso, o proletariado como a classe dirigente da luta, sujeita aos maiores sacrifícios, tem o direito de estabelecer imediatamente a jornada de trabalho de oito horas como a principal garantia dos seus interesses de classe e da defesa contra a mais intensa ex-

ploração. O anúncio da jornada de trabalho de oito horas, junto com o anúncio da República em todo o país, é obrigação do governo provisório dos trabalhadores. Mas isso não é ainda a criação de uma nova ordem no Estado. Para isso é necessário que algum governo permanente seja constituído, que seja decidida a natureza desse governo e nas mãos de quem permanece a legislação; é necessário que sejam anunciados os direitos e as liberdades relativos à imprensa, aos sindicatos, às reuniões, à consciência; resumindo, é necessário que sejam elaboradas e aprovadas as leis básicas principais e permanentes que definem toda a nova ordem política, que constituem o fundamento e a garantia da liberdade política e que, todas juntas, formam a *Constituição* em cada Estado.

Quem pode e deve decidir e estabelecer essa nova ordem política, essa Constituição? Obviamente ninguém a não ser toda a população adulta do país através dos seus homens de confiança, isto é, através dos seus representantes eleitos.

Assim, para pensar, elaborar e aprovar a Constituição é necessário que se reúnam os representantes de toda a so-

cidade; em outras palavras, é necessária uma *Assembleia Constituinte* ou abreviadamente apenas *Constituinte*. Apenas ela, constituída por representantes eleitos pelos vários milhões de indivíduos adultos de todo o Estado, tem o direito e o poder de decidir como será a futura ordem política do país. Apenas ela pode derrubar e remover definitivamente todas as leis tsaristas vigentes até agora; ela pode instituir a igualdade de direito entre as nações e as religiões, regulamentar a relação entre o Estado e a Igreja e conceder autonomia a determinadas províncias do Estado. Além disso, apenas a assembleia, falando legalmente em nome do povo, pode confirmar a proclamação da República e a jornada de trabalho de oito horas e, desse modo, substituir os decretos do governo provisório por leis obrigatórias e permanentes. Finalmente, apenas essa assembleia poderá fixar, de uma maneira ou de outra, um *governo permanente*, no lugar desse provisório, e terminar a obra e o período revolucionário. O anúncio das eleições para a Assembleia Constituinte ou Constituinte através do sufrágio universal, igual, secreto e direto sem diferença de sexo, nacionalidade e religião e a condução

dessas eleições até o final torna-se a segunda importante tarefa do governo provisório dos trabalhadores.

Aqui surge de imediato uma pergunta que merece uma consideração. Mais de um operário pensará: se a convocação da Assembleia Constituinte, escolhida por todo o povo, é o único modo apropriado e justo para estabelecer uma nova ordem no Estado, para que serve todo esse governo provisório? Não seria o caminho mais lógico e simples começar as eleições para a Constituinte imediatamente após o confronto vitorioso do povo contra o governo tsarista e deixar com ela a resolução de todas as questões? Um momento de reflexão mostrará que não é bem assim. Antes de tudo, é preciso alguém – algum órgão, algum poder ao qual toda população obedeça – para convocar as eleições. Além disso, na hora do confronto definitivo da revolução com os restos do governo tsarista, vai predominar, como sempre acontece em momentos semelhantes, o caos geral. O antigo governo e seu poder não mais existem, o próprio povo combatente soma milhões e milhões de pessoas dispersas no enorme território do país. Para estabelecer e realizar as eleições é

preciso imediatamente um novo poder que assumiria, por assim dizer, a liderança de toda a população e anunciaria as eleições. Mas isso não é tudo. Para uma sociedade de muitos milhões de pessoas, algo como eleições exige um certo tempo, não é possível realizá-las da noite para o dia. Da mesma forma, é preciso bastante tempo para que o povo, escolhendo seus representantes para a Constituinte, saiba bem o que esperar e exigir deles, qual novo governo, quais leis e qual ordem deseja. É preciso, então, já durante as eleições para a Constituinte, uma livre e ampla agitação política por meio de panfletos e comícios populares, é preciso uma crítica e uma discussão pública profunda dos vários programas. Somente dessa maneira a mais ampla massa do povo, logo após a vitória da revolução, tornará claro para si mesma o que exatamente deseja, e elegerá seus representantes para a Assembleia Constituinte depois de uma reflexão madura e consciente. Torna-se claro, então, que as eleições não podem acontecer de qualquer jeito, mas com toda a calma e no período de tempo adequado. Além disso, quando as eleições acabarem e os representantes do povo se reunirem

na Assembleia Constituinte, os próprios debates necessitam de um tempo prolongado. Por um lado, a Assembleia tem um grande número de questões a regulamentar a fim de criar toda a nova ordem política do Estado. Por outro, se sentarão lado a lado os representantes das diferentes classes sociais com diferentes interesses, diferentes partidos e programas. Sobre cada ponto na ordenação da nova Constituição, se confrontarão diferentes opiniões, ocorrerão discussões sobre cada ponto até que fique claro onde está a maior parte dos votos. Desse modo, até o encerramento das sessões e o anúncio da nova Constituição, então ordenada e proclamada, naturalmente se passarão semanas ou até mesmo, quem sabe, meses. Nas revoluções anteriores, nas quais a burguesia procurava postergar, de propósito, o estabelecimento de uma nova ordem, querendo ganhar tempo para desmobilizar o proletariado revolucionário, se passavam anos até que a Constituinte se reunisse e terminasse de elaborar a nova Constituição.

Mas é impossível a vida social e estatal sem governo, sem poder por tempo tão prolongado. Os assuntos públicos,

a vida pública não podem parar nem por um dia. Os impostos têm que ser cobrados da população, os tribunais precisam funcionar e julgar os processos, as escolas precisam estar funcionando, alguns funcionários serão solicitados ininterruptamente para atender as questões públicas, é preciso um serviço permanente de segurança pública etc. Mas para regular todo esse mecanismo é essencial algum poder central para todo o Estado, porque a vida cotidiana dos milhões de cidadãos no Estado atual não pode esperar até a realização das eleições e o fim das deliberações da Constituinte. Por isso, é necessário que surja imediatamente do ventre da revolução um governo provisório para regular os assuntos do Estado e manter o poder e o supremo tribunal, até que uma nova ordem das coisas seja criada pela Constituinte, de acordo com a vontade do povo.

Existe, ainda, mais uma importante circunstância. Enquanto o povo, após a vitória da revolução, estiver ocupado com as eleições e enquanto os representantes na Assembleia estiverem ocupados com a elaboração da nova Constituição, os remanescentes do velho governo tsarista e os círculos rea-

cionários da burguesia e da nobreza, dos funcionários e do exército vão sorrateiramente se juntar e outra vez se fortalecer se não houver um poder apropriado para vigiá-los e os conter com uma faca no pescoço. A história de todas as revoluções modernas nos mostra que os governos derrubados e seus partidários sempre tentavam aproveitar o tempo, enquanto o povo confiante em sua vitória se ocupava com as eleições e depois com os debates sobre a nova Constituição, para preparar um golpe contrarrevolucionário e dispersar a própria Assembleia Constituinte. Assim aconteceu na Alemanha, onde após a vitória da revolução de março de 1848, enquanto a Constituinte se reunia em Frankfurt, o velho governo derrotado, mas não eliminado, reuniu forças novamente, mandou a Constituinte para casa, restaurou o absolutismo e destruiu toda a obra da revolução por um longo tempo. O mesmo aconteceu na Áustria, onde também, após a revolução de 1848, a Constituinte foi enfim dispersada pelo governo que, depois da primeira derrota, não foi afastado e substituído por um forte governo revolucionário e, por isso, em poucos meses, conseguiu recuperar suas forças e derru-

bar em seguida a revolução, transformando em nada todo o fruto das sangrentas lutas populares.

Para se precaver de tal retorno, desse golpe da reação e do absolutismo e para possibilitar debates seguros e tranquilos na Constituinte, é necessário, justamente, um governo provisório revolucionário que mantenha o poder, assegure o armamento do povo revolucionário, fique atento às maquinações e conspirações da reação até que a Constituinte termine o seu trabalho e anuncie uma nova Constituição e um novo governo permanente.

Dessa maneira, o governo provisório revolucionário é o guardião e o escudo da própria Assembleia Constituinte; é uma sentinela de prontidão com o dedo no gatilho, sob cuja proteção o povo pode se dedicar tranquilamente às eleições dos homens de sua confiança, e a assembleia dos representantes do povo pode se dedicar aos debates sobre a nova Constituição em segurança, não temendo a traição e o golpe do absolutismo já derrubado. E quem é convocado para ser guardião da obra revolucionária e dos frutos dos sangrentos sacrifícios do proletariado é o próprio proletaria-

do, estabelecendo, imediatamente após a sua vitória, o seu governo operário provisório. É óbvio que, depois da derrota do tsarismo, não apenas os operários precisam debater sobre os novos decretos e decidir sobre a nova Constituição, mas toda a população adulta do país. A justiça exige que a ordem política sob a qual todos irão viver, que as leis que serão obrigatórias para todos sejam também decididas e aprovadas pela vontade de todos. Assim sendo, a redação da nova Constituição não é tarefa apenas de uma classe social ou de um partido, mas de toda a população que, com essa finalidade, escolhe, por meio de eleições universais, igualitárias, secretas e diretas, os seus representantes para a Assembleia Constituinte. Quando precisar dar seu voto, expressar sua opinião sobre a nova ordem política, toda a população do país será convocada a participar. Mas quando se tratar de um enérgico e corajoso sufocamento dos restos da reação derrotada e de cuidar da obra revolucionária, quando se tratar da ação, da coragem, da argúcia política e da vigilância na defesa da vitória já conquistada, quem consegue estar à altura do desafio é apenas aquela classe que já era a alma da

luta na própria revolução, que carregava a chama da revolta e dava exemplo de heroísmo e que, com sua consciência e maturidade política, liderava todo o povo. Essa classe é o proletariado socialista. Dessa forma, o governo provisório dos trabalhadores, como o primeiro poder saído do ventre da revolução, e a Assembleia Constituinte, eleita por toda população para elaborar a nova Constituição sob a guarda e os cuidados do governo provisório, formam os dois órgãos destinados a realizar os objetivos e as tarefas da revolução e a estabelecer a liberdade política logo após a vitória.





Pressionado, tsar acata parte das reivindicações populares com o Manifesto de Outubro (Ilya Repin, 1905).

IV

AGORA, QUANDO JÁ SABEMOS O QUE É A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE OU CONSTITUINTE e quais são suas tarefas, surge uma segunda pergunta importante: será que após a derrota do absolutismo o objetivo seria a convocação de uma única Constituinte para todo o Estado ou os operários poloneses devem exigir a convocação de duas Constituintes independentes, uma só para a Polônia e uma só para a Rússia?

O Partido Socialista Polonês (*Polska Partja Socjalistyczna*), o assim chamado PPS, tenta convencer os operários poloneses da necessidade de convocar não apenas uma Constituinte para russos, poloneses e todas as nacionalida-

des que vivem no império tsarista, mas *duas Constituintes*: uma em Petersburgo para a Rússia e a segunda em Varsóvia para a Polônia. Vamos refletir sobre o significado e o valor que a palavra de ordem do PPS “Constituinte de Varsóvia” independente tem para o proletariado polonês.³

Como sabemos, a Constituinte é uma Assembleia de representantes eleitos por toda a população, logo após a vitória da revolução, com a tarefa de elaborar uma nova ordem política para o país e de substituir o governo absolutista por um novo governo e por novas leis. A partir disso todos podem entender que se o proletariado polonês quisesse conquistar leis próprias para o nosso país, uma ordem política diferente de toda a Rússia, então seria natural e indispensável exigir que fosse convocada uma Constituinte independente para a Polônia, a fim de estabelecer esse sistema político próprio. Em outras palavras, se os operários poloneses tivessem um programa político independente na atual revolução, diferente do dos operários russos, seria compreensível exigir uma Assembleia Constituinte independente para realizar esse programa. Mas qual é o programa dos operários poloneses

que lutam na atual revolução? Desde o primeiro momento da explosão revolucionária, a luta no nosso país se desenvolve sob as mesmas palavras de ordem que em toda a Rússia. A derrubada do absolutismo tsarista, o estabelecimento de uma República democrática e a jornada de trabalho de oito horas em todo o Estado – eis o programa comum, os objetivos comuns do proletariado consciente, polonês e russo. Da mesma maneira, todas as particularidades do programa político dos operários poloneses e russos são, por definição, comuns: direito de voto universal, igual e direto; liberdade de imprensa, expressão e consciência; liberdade de organização e reunião; liberdade individual; inviolabilidade domiciliar; eleição dos juízes e funcionários públicos; igualdade de direitos para as mulheres; ensino público gratuito e obrigatório – tudo isso é exigido pelos operários revolucionários russos, da mesma maneira que pelos operários poloneses, judeus, letões, armênios; em suma, por todo o proletariado do Estado russo. Não há nada de estranho nisso, pois todos eles igualmente sofriam e ainda sofrem a exploração dos capitalistas e a opressão do governo despótico comum. Seus

interesses de classe como proletários explorados e oprimidos são iguais em todo o Estado – na Polônia ou no Cáucaso, na Sibéria ou na Lituânia, no norte da Rússia ou no Ural. Em razão disso, também são iguais as suas necessidades e certamente serão iguais os seus objetivos.

Apenas o estabelecimento da República e da jornada de trabalho de oito horas em todo o Estado pode libertar a classe operária de todas as nações do Estado russo do inferno do governo tsarista. Essas ações possibilitarão, para todo o proletariado, limitar um pouco a exploração capitalista desmedida e apressar sua libertação definitiva – o regime socialista. Mas, dizem ao operário, nós, na Polônia, temos ainda nossas necessidades e interesses particulares, que o proletariado russo não tem.

É verdade que a população do nosso país sofria e continua sofrendo a *opressão nacional* sob o tsarismo. O proletariado revolucionário, que pretende liquidar toda opressão, também deve exigir o fim da perseguição da nação polonesa. Para assegurar à população do nosso país total liberdade para a cultura nacional, como também maior atenção às

necessidades econômicas e sociais do país, a social-democracia exige ainda, em toda a República, um *autogoverno local* (*samorząd krajowy*),⁴ ou seja, *autonomia para a Polônia*.⁵ Isso quer dizer que a social-democracia exige que nas escolas, tribunais e repartições públicas, a língua polonesa seja a língua oficial, que os cargos públicos sejam ocupados por poloneses e não por funcionários impostos – russificadores –, e, finalmente, que exista, além do parlamento geral para todo o Estado, que aprovará as leis, uma câmara local eleita pela população polonesa, que irá elaborar as leis nos assuntos ligados exclusivamente às nossas necessidades locais. Isso significaria que os operários poloneses, de fato, têm necessidades e objetivos diferentes daqueles dos operários russos e que precisariam de uma Constituinte independente para levar essas necessidades em consideração? Quem fala assim só calunia os operários russos! O fim da opressão nacional dos poloneses é tanto uma exigência do proletariado polonês, como do proletariado russo. Um dos pontos do programa da social-democracia russa é a igualdade de todas as nações oprimidas no império tsaris-

ta, a anulação de todas as leis prejudiciais e a total garantia, para cada uma delas, de plena liberdade para seu desenvolvimento e para sua cultura nacional.⁶ E os operários russos conscientes exigem a liberdade e a autonomia para todas as outras nações no Estado, não por civilidade ou apenas por senso de justiça. É a própria pele deles que está em jogo, tanto quanto o destino dessas nações hoje oprimidas. A opressão dos poloneses, a perseguição dos judeus, armênios, letões sempre foi somente uma das manifestações da política geral do despotismo tsarista. O governo tsarista fortalece sua dominação sobre as nações e também sobre o próprio povo russo por meio da perseguição das diferentes nações, da sua divisão por meio de diferentes leis, do incentivo ao ódio entre si. O governo também é inimigo da causa operária e tende a oprimir o povo trabalhador de sua própria nação não somente na Rússia, mas em todos os países contemporâneos onde existe a opressão nacional em relação à população dos territórios conquistados. A opressão sobre as nações conquistadas é sempre apenas um lado do bastão cujo outro lado sempre recai nas costas do prole-

tariado da nação dominante do Estado. Não precisamos ir muito longe para procurar exemplos. Em nosso país a imensa maioria da população e, em particular, dos operários é polonesa e católica enquanto os judeus constituem uma pequena minoria. Apesar disso, quando o governo tsarista tenta, através dos seus agentes policiais, estimular a marginalidade social para realizar *pogroms* contra os judeus, os operários poloneses conscientes partem em defesa deles e com frequência dão uma sangrenta lição aos policiais provocadores. Estaria de acordo com os interesses da classe operária que os operários poloneses declarassem que a luta contra a aventura antissemita é problema dos judeus e não deles? Qualquer operário responderia prontamente que não, porque qualquer um sente e entende que, tomando o partido dos judeus perseguidos, ele defende não uma causa estranha, mas a sua própria causa e não está sendo guiado apenas por compaixão ou pelo amor “cristão” ao próximo, mas sim por ter entendido bem os *interesses de classe do proletariado*. Porque, deste ponto de vista, qualquer proletário consciente tem que dizer no seu íntimo: “o

que está acontecendo hoje com você, amanhã acontecerá comigo". O governo que hoje é capaz de perseguir brutalmente os judeus por motivos de religião ou de raça, com certeza será capaz amanhã de perseguir os socialistas por suas convicções, com igual brutalidade. Além disso, toda criança entende que, hoje, a perseguição dos judeus serve apenas como *pretexto* para o governo tsarista alcançar o seu fim. No fundo não se trata aqui de exterminar a raça ou a religião judaica. Se os judeus não existissem o tsarismo seria capaz de inventá-los ou importá-los. A real finalidade do governo é, por meio da aventura antisemita, dividir, separar a população cristã da judaica, romper a solidariedade e fraternidade de classe entre o proletariado cristão e judaico, dividi-los em dois campos opostos, com ódio mútuo, e dessa maneira diminuir as forças de ambos; enfim, o tsarismo tenta desviar a ira e a luta do povo cristão contra ele, que é a verdadeira e a principal causa do seu infortúnio, estimulando o ódio contra os judeus e a luta contra eles, semeando ideias de que, supostamente, os judeus são os responsáveis por todo o mal. Resumindo, a perseguição dos

judeus representa, para o governo tsarista, simplesmente um meio de enfraquecer, confundir e desmoralizar o proletariado *polonês e russo*.

Da mesma maneira acontece com a perseguição da nação polonesa. A opressão dos poloneses serviu por longos anos como meio de provocar o ódio mútuo entre a população polonesa e a russa, de modo que os povos das duas nações brigassem entre si em vez de ambos se manifestarem juntos contra o absolutismo. Para o tsarismo, tratava-se de criar uma lenda sobre a Polônia, que qualquer protesto contra o tsarismo seria “intriga de poloneses”, coisa de “poloneses rebeldes”, o que facilitava a repressão da revolta e da luta contra os crimes do despotismo tsarista, tanto na Rússia como na Polônia. Portanto, aqui, a perseguição de outra nação seria, antes de tudo, uma forma de confundir e de desmoralizar o povo das duas nações. Em suma, os objetivos dessa política nacional do tsarismo apareceram nitidamente nos últimos meses do ano da revolução, quando o governo dos bandidos tsaristas, para reprimir o esplêndido movimento revolucionário do proletariado no Cáucaso, provocou, por

meio de seus agentes, um terrível massacre entre a população tártara e armênia.⁷

Levando tudo isso em consideração, fica claro que a opressão nacional ou religiosa torna-se assunto comum para todo o proletariado revolucionário do Estado, e não apenas assunto interno dos poloneses, lituanos, letões, armênios, judeus, católicos, uniatas⁸ etc. que cada uma dessas nações e religiões deveria resolver por conta própria. Se fosse assim, seriam precisas não só duas constituintes, polonesa e russa, como quer o PPS, mas meia dúzia ou uma dúzia: uma constituinte polonesa, russa, lituana, letã, armênia, tártara, judaica etc., porque obviamente o que é bom e justo para os poloneses também é merecido para a Lituânia, para a Livônia, para os judeus e para o Cáucaso. Fica claro que, segundo o plano e a concepção do PPS, a criação da nova ordem política logo após a vitória da revolução, se fragmentaria em tantos grupos independentes quantas nações existem no Estado russo. Isso significa que a introdução da liberdade política no lugar do absolutismo derrotado seria prontamente baseada em fundamentos nacionais e não em fundamentos de classe,

isto é, com base na inimizade e separatismo dos interesses das diferentes nações – exatamente igual aos fundamentos e finalidades da política do tsarismo morto. Se o proletariado seguisse os conselhos e as diretrizes do PPS, os senhores Trepov, Plewe e Muraviov⁹ poderiam rir nos seus túmulos, porque, na tumba do antigo poder deles, o proletariado revolucionário utilizaria rapidamente os mesmos princípios que eles, com sua política sanguinária, sempre tentaram utilizar para sufocar a revolução e o proletariado.

Na realidade não é apenas o proletariado consciente que visa acabar com toda a opressão e desgraça da nação polonesa, mas até mesmo a burguesia liberal russa. É um fato que até os partidos liberais, tão miseráveis e moderados como os da Rússia atualmente, têm em seus programas, de uma forma ou de outra, o reconhecimento da autonomia e da liberdade cultural da Polônia. Isso se refere a todos os partidos, começando pelo radical-democrata e pelo partido moderado “Constitucional-democrata” e terminando no partido mais próximo da reação do que do liberalismo, a assim chamada “União 30 de outubro”, cujo programa é

o famoso manifesto tsarista da mesma data.¹⁰ Os próprios partidos liberais burgueses compreendem que, se em uma futura Rússia reformada, com liberdades políticas, o governo puder continuar a oprimir as outras nações, com certeza oprimirá a própria nação russa. Portanto, até a burguesia liberal entende que os interesses dos poloneses, como nação, e dos russos não são distintos e contrários, mas sim solidários. Para o proletariado, a liquidação de qualquer opressão nacional e a garantia dos direitos políticos necessários para um tranquilo desenvolvimento cultural de todas as nações no Estado é um interesse de classe e um programa comum de todos operários no Estado, sem diferença de nacionalidade.





A abertura da Duma (parlamento) era uma das demandas populares na Rússia em 1905.

V

UMA VEZ QUE, COMO PODEMOS VER, O PROGRAMA E AS TAREFAS DOS OPERÁRIOS poloneses e russos na atual revolução são exatamente os mesmos, incluindo os direitos especiais do autogoverno, ou seja, da autonomia para o Reino da Polônia, conclui-se logicamente que a luta pela realização dessas tarefas deve ser comum. A enorme massa dos operários poloneses já entende isso hoje, pois desde a primeira explosão revolucionária, desde o inesquecível massacre de Petersburgo de 22 de janeiro de 1905,¹¹ o proletariado polonês responde a cada sinal revolucionário da Rússia, participa em cada greve geral, em cada manifestação revolucionária, como, por exemplo,

a homenagem ao aniversário do massacre, em cada ação política, como, por exemplo, o boicote à Duma tsarista, e se prepara para o levante armado comum.

Resumindo, a revolução está presente na Rússia e na Polônia de maneira única e indivisível, o proletariado russo e o polonês constituem nela um batalhão do mesmo exército, que luta segundo um plano comum, utilizam uma tática comum, travam batalhas comuns e aproveitam conjuntamente as tréguas para continuar se armando. Essa sensação de coletividade revolucionária com o proletariado russo entrou tanto no sangue e no cérebro dos operários poloneses, que o PPS, que nos doze anos anteriores à revolução trabalhava em prol da divisão da classe operária polonesa e russa, foi obrigado a desistir e hoje já admite que a atual luta revolucionária é comum ao proletariado na Polônia e na Rússia.

Se apesar disso o PPS insiste junto aos operários poloneses que eles devem exigir uma Constituinte polonesa independente após a vitória sobre o absolutismo, isto é, que devem separar-se dos operários russos, ele confessa que a

Constituinte significa o fim da luta, o fim da revolução. Deste modo, o PPS anuncia que até se deve lutar junto, mas, quando o combate terminar, cada um pode ir para casa e procurar aproveitar os frutos da luta por conta própria.

Os operários precisam ficar bem atentos a essa opinião sobre a Constituinte e sua importância, porque é uma opinião fundamentalmente falsa e puramente burguesa.

Já dissemos que em todas as revoluções burguesas recentes na França, na Alemanha e na Áustria se pode notar o seguinte fato característico. Logo após a vitória sobre o velho governo, a burguesia começava imediatamente a gritar que a revolução terminou, começava a desarmar os operários, explicando que as armas não eram mais necessárias. E tudo isso era feito sob o pretexto de que agora que o inimigo já foi derrubado, é a hora da Assembleia Constituinte, agora a Constituinte resolve tudo o que precisa e ela vai criar uma ordem política nova e ideal! Pois a Constituinte – como costumava afirmar a burguesia – é uma assembleia de homens eleitos pelo próprio povo, por toda a nação. Por meio da Constituinte, o povo vai então expressar o que quer. O

que a Constituinte resolver será sagrado, como expressão suprema da vontade do povo, que não poderá nem ser contestado nem contrariado. Portanto, fora com as armas, fora com a luta nas ruas, fora com a agitação revolucionária e com as organizações revolucionárias – na Constituinte, todo o povo terá voz e por isso a continuação de qualquer luta e agitação revolucionária é um crime e anarquia. Sob tais pretextos acontecia, a cada vez, o imediato desarmamento do proletariado revolucionário, seguido do imediato armamento de uma guarda civil burguesa para defender “a ordem e a tranquilidade” contra os excessos de anarquia e, desse modo, sempre se preparava sob a palavra de ordem da “Constituinte” a traição em relação ao povo trabalhador e o roubo dos frutos da luta.

À primeira vista pode parecer estranho como a burguesia, inimiga da classe operária, pode elogiar tanto a Assembleia Constituinte, que, entretanto, é efetivamente a manifestação da vontade do povo, por ter sido eleita por meio de uma votação universal, igualitária, secreta e direta. Pois desde o início da revolução a social-democracia na

Rússia e na Polônia exige uma Assembleia Constituinte, para enfim o povo ter possibilidade de se expressar e decidir o seu próprio destino.

Tudo isso é verdade, mas a social-democracia nunca iludiu a si própria e aos outros que logo que a Assembleia Constituinte fosse eleita, ela se tornaria a verdadeira expressão dos objetivos e reivindicações da parcela mais consciente e mais revolucionária do povo trabalhador. Ao contrário, seria um grave erro esperar que após uma eleição igualitária, universal, secreta e direta entrassem para a Constituinte apenas revolucionários ou defensores dos interesses do proletariado. Antes de tudo, junto com o povo trabalhador, escolherão seus representantes os donos de fábricas, os comerciantes, os grandes proprietários de terra, os pequenos burgueses, os camponeses ricos, o clero etc. Além do mais, entre aqueles que foram eleitos pela enorme massa do proletariado urbano e rural, uma grande parte seria de não conscientes ou apenas pouco conscientes politicamente. Nenhum operário socialista pode se iludir que a maioria do nosso povo trabalhador é composta por revolucionários plenamente experientes e

conscientes. Uma grande parte desses, que hoje seguem bravamente a bandeira da revolução e entendem bem que é preciso derrubar o tsarismo, amanhã não entenderão ainda qual ordem política deve ser instaurada no lugar do tsarismo e se tornariam presa fácil da armadilha das lindas palavras dos burgueses demagogos e enganadores. Até na Alemanha, onde existe o mais forte partido social-democrata que, há quarenta anos, conduz a agitação com liberdade política e que, há 35 anos, conhece o direito de voto universal, secreto, igualitário e direto para o parlamento, a maioria do povo trabalhador ainda não foi conquistada por ele e, mesmo lá, todos os partidos burgueses reunidos ainda têm a maioria dos votos a seu favor. E mais, o mesmo resultado pode ser esperado nas primeiras eleições para a Constituinte, uma vez que a população trabalhadora da Polônia e da Rússia não tem nem experiência, nem habilidade na luta eleitoral e na vida parlamentar. Por isso, em todas revoluções até agora a burguesia se apressou para a Constituinte, pois sabia que logo terminada a luta nas ruas e começados os debates e votações, ou seja, as disputas verbais, ela ganharia vantagem

sobre o proletariado, pois, na Constituinte ou no Parlamento, qualquer advogado com uma boa lábia, mas que não vale nada, consegue, muitas vezes, com seu palavreiro, tapear dez deputados camponeses ou operários.

De tudo isso resulta que a Constituinte não será uma assembleia onde tudo cai do céu, mas o campo de uma nova luta acirrada pelos interesses e reivindicações do proletariado. Quem não quer enganar os operários combatentes precisa afirmar abertamente, desde o começo, que na Assembleia Constituinte os representantes do proletariado socialista consciente estarão obrigados, do primeiro ao último momento, a travar uma luta feroz contra os representantes da burguesia, como também contra os representantes da ignorância política difundida pela burguesia em certas esferas do povo; uma luta a cada passo: pela República, pela autogoverno local, pelo direito de voto universal e igualitário, pela liberdade de consciência, pelo direito de organização operária, por uma jornada de trabalho de oito horas, por direitos políticos para as mulheres, por educação pública gratuita para o povo – numa palavra, por todo o programa

de reivindicações imediatas da social-democracia.¹² Tudo isso que hoje defendemos nas ruas, nas greves gerais, nas manifestações e passeatas com a bandeira vermelha, nos sangrentos combates de rua, por tudo isso precisamos lutar no auditório da Assembleia Constituinte com os representantes da burguesia, da pequena burguesia e com a parcela não conscientizada do povo imediatamente após derrubar o governo tsarista. Numa palavra, a Constituinte não é o coroamento da revolução, é apenas a abertura da sua segunda parte, a segunda fase da revolução: depois da derrota do absolutismo, atrás do qual estava a burguesia, se inicia a luta de classes aberta, cara a cara com a burguesia, pela realização deste programa revolucionário.

Dissemos que a luta dentro da Constituinte, em nome dos interesses de classe e do programa do proletariado, é a continuação da *revolução*. Porque nessa segunda fase a luta não fica somente nas mãos de algumas dezenas ou centenas de deputados eleitos para a Constituinte pelo povo trabalhador, a luta não se transfere totalmente das ruas para o auditório fechado da assembleia. Desta vez, toda a massa do povo

não pode e não deve, como nas revoluções burguesas, depor as armas a partir do começo dos debates da Constituinte e voltar ao trabalho assalariado diário, se enfiar num buraco e esperar as decisões da Constituinte. Ao contrário, toda a massa proletária deve permanecer pronta para lutar, alerta e com os olhos atentos na Constituinte; pressionar constantemente a burguesia com sua força, lembrando-lhe disso por meio de manifestações; apoiar as exigências dos representantes operários por meio da incessante agitação de massas nas ruas. No caso de a maioria burguesa na Constituinte querer através de uma demora artificial nos debates ou com algumas manobras parecidas trair totalmente os objetivos da revolução, tramar com os remanescentes do governo tsarista, então o proletariado deve, através de greves gerais ou, em última instância, através da dissolução da Constituinte forçar novas eleições e mostrar que o povo ainda não depôs as armas e não permitirá a traição da revolução.

Agora os leitores vão entender porque falávamos, já desde o começo, sobre a necessidade de um governo provisório operário que imediatamente armaria devidamente o

proletariado e vigiaria as eleições e os debates da Assembleia Constituinte. Na segunda fase da revolução, assim como na primeira, a condição imprescindível da vitória do proletariado é uma organização que expresse sua vontade e sua força de classe. Este órgão de força e vontade do proletariado, logo após a derrubada do absolutismo, deveria ser o governo provisório operário, que junto com a pressão direta das massas precisaria travar uma luta pelos objetivos da revolução na Assembleia Constituinte.

Se deste jeito entendemos que a Constituinte não é o fim da revolução, mas apenas sua nova etapa, apenas o novo campo de luta revolucionária, torna-se claro que também nesta luta, como nas outras, os operários poloneses devem agir num exército unido junto com os operários russos; dividi-los em dois exércitos independentes, que lutam em duas Constituintes independentes, enfraquece a força de classe de uns e de outros. Do mesmo modo que o proletariado polonês não se separou do russo nas greves gerais, nas manifestações, no boicote da Duma tsarista, e não se separará nos futuros combates de rua, não pode e não deve

separar-se dos seus irmãos russos na Constituinte, porque aqui também teremos um campo de batalha igualmente revolucionário e com os mesmos objetivos: a República e a jornada de trabalho de oito horas. Assim como a separação dos operários poloneses da participação da greve geral em todo o Estado, para fazer em outra hora a sua greve geral “polonesa”, seria uma traição da revolução, igualmente seria uma traição da causa revolucionária comum a divisão entre os operários poloneses e os russos, exigindo uma outra Constituinte “polonesa”.

Mas poderia ser dito: já que a luta na Constituinte não será contra o governo, e sim contra a burguesia, vamos, nós, dar conta da nossa burguesia e os operários russos lidarão com a deles. Mas, antes de tudo, nossa separação da revolução russa em sua luta contra a burguesia seria um erro, porque a nossa burguesia nem pensaria em separar-se da reação russa. Ao contrário, do mesmo jeito que a nossa burguesia, já hoje, quer entrar na Duma tsarista a qualquer custo, após a derrubada do tsarismo, vai se juntar a cada passo com a parte mais reacionária da burguesia russa

para oprimir o proletariado em todo o Estado. Em seguida, mesmo na luta dirigida em particular contra a burguesia polonesa, nosso proletariado adquire mais força se juntando com o proletariado russo em uma única poderosa classe. A separação dele para lutar “por conta própria” dentro da sua “nação” enfraquece imediatamente e paralisa a classe operária.

O significado da unidade de classe para o proletariado mostra-se, a cada passo, até mesmo na luta profissional. A atual luta dos alfaiates ou sapateiros em Varsóvia ou Łódź por melhores condições de trabalho é uma questão de apenas um ramo profissional, e nessa luta se trata apenas de vencer a resistência de algumas dezenas de mestres e donos de fábrica. Mas os trabalhadores alfaiates ou sapateiros nunca conseguiriam exercer pressão tão poderosa sobre um punhado dos seus exploradores, como notamos agora, se não vivêssemos num período revolucionário, isto é, se a ação localizada dos alfaiates ou sapateiros contra a asquerosa exploração do capital não fosse somente uma parte da enorme ação de classe do proletariado; em outras palavras,

se por trás dos poucos milhares de sapateiros e alfaiates não estivesse unido todo o proletariado revolucionário, cujo poder e perigo todos os exploradores sentem há um ano e meio.

Igualmente é tanto mais forte a pressão do proletariado sobre toda a burguesia polonesa, quanto mais unido e junto agir o nosso proletariado com o russo; do mesmo jeito, a força revolucionária do proletariado russo na luta contra a própria burguesia cresce com a participação do proletariado polonês. Sendo assim, os interesses da revolução e os interesses da luta de classes exigem uma manifestação coesa do proletariado em todo o Estado durante a segunda metade da revolução – na Constituinte – como acontecia até agora. Uma revolução e um programa de classe implicam uma só Constituinte.

Precisamos aqui ainda considerar mais uma razão que o PPS apresenta para a necessidade de uma Constituinte polonesa independente. Diz ele: os representantes do Cáucaso, da Sibéria ou do interior profundo da Rússia não podem saber nada sobre as nossas necessidades locais nem que tenham

as melhores das intenções, e por isso a nossa própria população deveria debater sobre as necessidades do nosso país e, por essa razão, deveríamos exigir para nós uma Assembleia Constituinte independente.

Caso se tratasse realmente de assuntos puramente locais do nosso país, como construir ou não uma nova ferrovia entre duas cidades ou criar uma nova escola nesta ou naquela cidade, ou quais disciplinas seriam ensinadas na Universidade em Varsóvia – estas questões devem naturalmente ser decididas pela população local. Exatamente por isso a social-democracia exige, junto com a República para todo o Estado, a autonomia para a Polônia com uma câmara de deputados eleita pela população polonesa que aprove as leis referentes apenas aos assuntos cotidianos locais.¹³

Mas a Assembleia Constituinte ou Constituinte, que deve realizar os objetivos da atual revolução, tem outras tarefas. A sua finalidade é estabelecer as leis políticas básicas, gerais e permanentes, como a proclamação da República, a liberdade de expressão, imprensa e consciência, organização e reunião, direitos iguais para todas as nações, jornada de

trabalho de oito horas etc. E todas as questões referentes à realização das liberdades políticas não dizem respeito às necessidades locais da Polônia, do Cáucaso ou da Sibéria, mas aos interesses de todo o proletariado que luta por esses direitos. Quando se trata dos interesses dos operários, aí o representante do proletariado consciente não só da Sibéria ou do Cáucaso, mas também do Japão ou da Austrália vai “saber” melhor das nossas necessidades, isto é, das necessidades dos operários, do que o nosso representante polonês dos burgueses exploradores, “nacional-democrata” ou outro “nacional” inimigo do proletariado. Na Constituinte, então, não se tratará da origem local dos representantes eleitos, se são da Polônia, da Rússia, da Livônia, ou do Cáucaso; o que vai importar é de qual lado se encontram: do lado dos exploradores donos de fábrica, grandes fazendeiros ou do lado dos explorados. Em outras palavras: na Constituinte, isto é, na elaboração das leis básicas da liberdade política o papel significativo não será dos interesses *locais*, diferentes para cada região do país e melhor entendidos por quem mora lá, mas dos interesses da *classe* operária, que são iguais em

todo o Estado, que serão combatidos pela burguesia também de todo o Estado.

Já explicamos antes que as aspirações e necessidades dos operários poloneses na atual revolução são exatamente iguais às aspirações e necessidades dos operários russos, não excluindo a defesa da nação polonesa, isto é, a conquista do autogoverno local, ou seja, a autonomia para a Polônia. Agora devemos acrescentar ainda, por outro lado, que todos os objetivos e necessidades dos operários poloneses, os quais precisamos exigir da Constituinte, estão claramente em oposição aos interesses e aspirações da burguesia polonesa.

Os representantes dos operários poloneses precisam exigir a República na Constituinte, quer dizer, a destituição completa da monarquia e do poder tsarista, enquanto toda a burguesia polonesa quer preservar o poder do tsar e apenas limitá-lo pela Constituição. A nacional-democracia, que lidera hoje a reação burguesa polonesa, expressou clara e oficialmente no seu programa eleitoral a exigência que o tsar “jurasse a futura Constituição”, o que significa que quer a Constituição com o tsar.

Além disso, os representantes dos operários poloneses vão exigir o estabelecimento da jornada de trabalho de oito horas, enquanto, como sabemos, a nossa burguesia não quer nem ouvir falar disso e os representantes dos donos de fábrica, mestres, comerciantes e da nobreza polonesa vão se opor violentamente a essa reivindicação.

Por fim, os representantes dos nossos operários precisam exigir na Assembleia Constituinte o direito ilimitado de organização e greve para todo o proletariado urbano e rural, tanto para os homens quanto para as mulheres. Ao mesmo tempo, os representantes dos exploradores poloneses para quem greves, sindicatos operários e toda a luta do nosso proletariado pela melhoria das condições de vida são muito incômodos, vão tentar com toda força restringir os direitos dos sindicatos operários, por exemplo, excluindo deles os trabalhadores rurais, proibindo a participação das mulheres nos sindicatos, protegendo legalmente os fura-greves etc.

Assim, a cada passo, durante a introdução da futura liberdade política, os representantes eleitos pelo povo operário polonês vão precisar lutar como inimigos mortais contra

os representantes dos exploradores poloneses, apesar de eles serem originários da mesma Polônia e não do Cáucaso ou da Sibéria.

Mas o mais interessante é que o mesmo vai acontecer quando o assunto for a autonomia nacional da Polônia. Poderíamos imaginar que pelo menos neste ponto, na defesa da nossa nação contra a opressão, os representantes do proletariado polonês poderiam atuar na Constituinte solidários e em harmonia com os representantes da burguesia polonesa. Fundamentalmente, nós social-democratas exigimos o autogoverno local, isto é, a autonomia para a Polônia, o que igualmente exige a nacional-democracia; assim também um grupelho que se autodenomina democracia progressista e, do mesmo jeito, exigem a autonomia os assim chamados conciliadores, isto é, o partido composto pelos piores inimigos do povo trabalhador – os capitalistas e a nobreza.¹⁴ Hoje em dia, portanto, em toda a Polônia se exige autonomia e, aparentemente, pelo menos neste assunto, parecem realizar-se as palavras do poeta: “um milagre, um somente: junto com o nobre, o povo”.¹⁵

Na realidade, a concordância é apenas igual na palavra, mas não segundo os interesses e objetivos, porque a nossa palavra de ordem social-democrata de autonomia e a autonomia deles – da burguesia e da nobreza – são como água e fogo e, por isso, é muito importante que os operários poloneses aprendam exatamente essa diferença.

Primeiro, é importante lembrar, mais uma vez, o que é a autonomia ou autogoverno local. É uma ordem na qual a Constituição de um Estado estabelece que em alguma parte dele, por exemplo, o Reino da Polônia tem o direito de indicar pessoas da população local, poloneses, para todos os cargos nas escolas, nos tribunais, nos municípios, na polícia etc.; que em todas as repartições públicas, escolas e tribunais seja usada a língua nacional, o polonês; enfim, que fora do parlamento comum a todo o Estado, essa parte autônoma tem o seu parlamento independente da província, isto é, *uma câmara*, para a qual são eleitos os representantes da população local pelo período de alguns anos e que elabora leis para os assuntos locais referentes aos interesses desse território.

À primeira vista, tudo isto parece uma coisa linda que não pode trazer nenhum dano aos operários. Mas, na verdade, essa autonomia local é uma coisa que pode ser usada como instrumento de defesa dos interesses operários, como também pode se tornar uma nova corda no pescoço dos operários. Vemos isso, por exemplo, na Galícia. Lá há mais de 30 anos a população polonesa possui uma ampla autonomia e a Galícia, pertencendo ao Estado austríaco, tem sua câmara polonesa, suas escolas polonesas, funcionários poloneses.¹⁶ Mas quem usufruiu disso até agora foi principalmente a nobreza da Galícia, que com a ajuda do autogoverno provocou uma servidão ainda maior para o povo trabalhador. No parlamento da Galícia não é permitida a participação dos operários, porque o proletariado continua sem ter direito de voto, os cargos públicos são distribuídos entre os filhos da nobreza e seus empregados, que oprimem o povo polonês da mesma forma que aqui os funcionários tsaristas; na Galícia não se abrem escolas para o povo, que é mantido na maior ignorância; de toda essa autonomia os operários têm finalmente como único consolo, por causa das suas greves e

agitação, serem presos pelos *starostas*¹⁷ poloneses e baleados pelos policiais poloneses.

Do mesmo modo, aqui a burguesia e a nobreza polonesas exigem autonomia apenas para manter completamente em suas garras o “seu” trabalhador polonês e introduzir no país o domínio sem limites da classe exploradora. Mas nós operários, ao contrário, precisamos de autonomia para ter mais direitos, para defender os nossos interesses contra a exploração dos nossos próprios sanguessugas e para garantir uma total liberdade para a cultura e a língua nacional.

Disso resulta que na hora de constituir o autogoverno, ou seja, a autonomia para o nosso país, os representantes dos operários poloneses na futura Constituinte não andarão de mãos dadas com os representantes da burguesia e da nobreza polonesa, mas a cada passo vão se opor a elas. Pois é óbvio que a nossa burguesia vai querer, na medida do possível, excluir os operários da participação na câmara local; por outro lado, nós precisamos de um direito de voto universal, direto, igual e secreto para a câmara. A burguesia e a nobreza vão exigir o direito de colocar os seus empregados

em todos os cargos do país, nós, entretanto, precisamos exigir não apenas que todos os altos funcionários e juizes sejam poloneses, mas que sejam eleitos por toda a população, que dependam do povo trabalhador para que não o oprimam a serviço dos exploradores. Enfim, a nossa burguesia e nobreza vão exigir, como na Galícia, o mais amplo poder para a câmara nacional decidir, por exemplo, sobre o direito de organização na Polônia, sobre o autogoverno comunal no campo, o direito de associação e greve para os operários poloneses, a segurança social para os trabalhadores, a jornada de trabalho no nosso país – para que tudo isso seja decidido totalmente pela nossa câmara local, isto é, que tudo isto fique nas garras da nossa burguesia, independente do parlamento de toda Rússia. Os operários poloneses precisam exigir que todas essas questões referentes aos principais interesses da classe operária, e que são comuns aos operários de todo o Estado, sejam decididas não pela câmara local, mas pelo parlamento de todo o Estado. Certamente, também lá a burguesia russa vai tentar resistir a cada passo às exigências dos operários, mas lá os representantes do proletariado polonês vão lutar

junto com os representantes do proletariado russo; e a força de todo o proletariado do Estado unido conseguirá exercer uma pressão maior sobre burguesia polonesa e russa do que a luta do proletariado polonês e russo separados.

Notamos isso, de novo, no exemplo da Galícia. Embora o proletariado polonês não consiga nem mesmo obrigar a sua nobreza nacional a fazer a mínima ampliação da legislação eleitoral para a câmara da Galícia, junto com o proletariado de toda a Áustria, obrigou a nobreza e a burguesia austríaca a conceder o direito de voto para o parlamento de todo o Estado em Viena e no futuro próximo conquistará o direito de voto universal, igual, secreto e direto para esse parlamento.¹⁸

Assim, em termos gerais, ao mesmo tempo que a nossa burguesia tentar ampliar ao máximo possível a autonomia local e acumular para si o mais amplo poder sobre o povo polonês, nós tentaremos desde o início estreitar e limitar o poder da câmara local para o tamanho exatamente necessário, apenas para assegurar a total liberdade de idioma e educação nacional e levar em conta as demandas culturais e econômicas puramente nacionais. Em troca, nos esforça-

remos para excluir da competência do autogoverno local o conjunto das questões referentes à classe operária, comuns a nós e ao proletariado de toda a Rússia.

Assim, começando pela jornada de trabalho de oito horas e a República e terminando pela autonomia local, não existe literalmente nenhum assunto que a Constituinte deva decidir e que não crie antagonismos e luta entre o proletariado polonês e a burguesia. Tudo nos separa da burguesia polonesa e nos une com o proletariado russo. Na futura Constituinte, logo após a vitória sobre o absolutismo, continuarão existindo dois mundos, dois campos, divididos por um abismo igual ao de hoje, desde o início da revolução. Como nos primeiros momentos, quando nós avançamos de mãos dadas com o proletariado russo na luta contra o tsarismo, nossa burguesia rastejava com petições na antecâmara do tsar; quando nós conduzíamos a greve geral, os nossos burgueses xingavam e alardeavam o mais alto possível sobre a ruína da indústria; quando nós comemorávamos a data revolucionária do massacre de Petersburgo de 22 de janeiro, eles nos mandavam homenagear o aniversário da

Insurreição e da batalha de Raławice;¹⁹ quando nós boicotávamos a enganosa Duma tsarista, eles forçavam a votação com a ajuda dos cossacos e seguiam feito cachorros para essa Duma – e assim será amanhã na Constituinte; a cada passo, em cada questão, sempre estará contra nós nosso inimigo mortal, a nossa burguesia polonesa, e do nosso lado, como irmão e camarada, o operário russo.

A Constituinte será apenas a continuação da luta de classes e da atual revolução. E como hoje temos *uma* revolução e *uma única* luta de classes em todo o Estado, vamos precisar de *apenas uma* Constituinte.





As greves e mobilizações de 1905 foram um "ensaio geral" para a Revolução Russa de 1917.

VI

ASSIM, INDEPENDENTE DE SOB QUAL ASPECTO ABORDEMOS O ASSUNTO, OS INTERESSES DE CLASSE DOS OPERÁRIOS POLONESES EXIGEM NÃO A “Constituinte de Varsóvia” independente, mas uma única Constituinte para toda a Rússia e a Polônia. Apesar disso, se o PPS fizer agitação a favor de uma Constituinte polonesa independente, no fundo pode ter que ver com outros objetivos sem nada em comum com os interesses dos operários.

De fato, o PPS declara que aquela Constituinte polonesa independente deve “*determinar a relação da Polônia com o Estado russo*”.²⁰ O que significam essas palavras misteriosas? Pensando de forma direta, significam o seguinte: a futura

Constituinte de Varsóvia vai decidir se o Reino Polônia continuará integrando o Estado russo ou se deve se separar e constituir um Estado polonês independente.

Portanto, aqui vem à tona não a questão de estabelecer a liberdade política em todo o Estado, mas a velha questão da reconstrução da Polônia, assunto que o PPS enfiou na cabeça dos operários poloneses por doze anos. Desde 1893, isto é, desde o começo de sua existência, até a explosão da atual revolução em 1905, o PPS insistiu junto ao proletariado polonês que a tarefa mais urgente é a separação da Polônia da Rússia e a reconstrução do Estado polonês independente, porque na Rússia os operários são tão fracos e ignorantes que não adianta esperar que se levantem para a luta e derrubem o governo tsarista. Em resposta, a social-democracia sempre explicou aos operários poloneses que isso é falso, que a reconstrução da Polônia não é e não pode ser o programa do povo operário polonês, porque os operários não são capazes de reconstruir a Polônia nem podem procurar nesse caminho a sua salvação. Nas condições atuais, em que o capitalismo uniu a Polônia e a Rússia de maneira ainda mais forte do

que as baionetas e os chicotes tsaristas, podemos ver que a burguesia polonesa não pensa na revolta contra a Rússia, que ela virou o cachorro mais fiel do governo tsarista, que a nossa velha nobreza insurreta junto com os donos de fábrica e comerciantes lustram como lacaios as antecâmaras dos ministros tsaristas e dos governadores-gerais. Nossos pequenos burgueses, isto é, os pequenos artesãos e os pequenos comerciantes também pensam hoje em dia apenas no próprio bolso, nos seus lucros e não na Polônia independente. Por consequência, a reconstrução da Polônia, já faz tempo, tornou-se apenas um sonho de um punhado de jovens intelectuais, os quais, sendo absolutamente impotentes, gostariam de se apoiar no movimento operário e convencer os operários poloneses que eles deveriam salvar aquela Polônia à qual a nobreza, a burguesia e os pequenos burgueses já renunciaram. Mas para o movimento operário, para os interesses do proletariado e da causa socialista, seria o maior desastre se os operários se deixassem desviar por este caminho, em vez de defenderem os seus interesses puramente proletários junto com os operários russos, quer dizer,

procurar derrubar o governo despótico tsarista e introduzir a liberdade em todo o Estado.

Assim divulgava e advertia a social-democracia. E quando explodiu a revolução em Petersburgo em janeiro de 1905, ficou claro para todos que aqueles doze anos do programa e da agitação do PPS foram um grande mal-entendido, enquanto as palavras da social-democracia se mostraram totalmente verdadeiras. Aconteceu que nenhuma alma viva se apressou para um levante para a reconstrução da Polônia, porque esta palavra de ordem apenas fazia parte da velha tradição da pequena burguesia, já há muito tempo enterrada pela história. Em vez disso, os operários russos se mostraram fieis e valentes companheiros dos operários poloneses na luta pela liberdade política. O levante polonês, para o qual o PPS se preparava, virou pura fantasia, e a revolução russa, cuja possibilidade o PPS sempre negou insistentemente, tornou-se realidade.

Desse modo, o PPS faliu com o seu programa nacional e foi obrigado pelo próprio desenrolar dos acontecimentos a participar desta revolução russa na qual, como o incrédulo

Tomé,²¹ não confiava de maneira nenhuma, só passando a crer depois do massacre de Petersburgo de 22 de janeiro de 1905, quando o governo tsarista também foi obrigado a acreditar nela.²²

Permanecer ainda com o programa de reconstrução da Polônia tornou-se inviável e o PPS, já no começo da revolução, foi obrigado a mudá-lo. Todos podem errar uma vez, tanto indivíduos, como partidos inteiros. Um partido deve, contudo, quando o erro já se tornou visível, tentar repará-lo o mais rápido possível! Mas o PPS, em vez de reconhecer abertamente seu erro e se posicionar sobre uma base puramente operária, inventou a palavra de ordem da Constituinte de Varsóvia independente. Como já vimos, não é preciso uma constituinte polonesa independente para a instauração da República, nem para a instauração da liberdade da expressão, de imprensa, de consciência, de organização e reunião, nem para a instauração da jornada de trabalho de oito horas, e nem mesmo para conquistar o autogoverno local da Polônia – porque em todos estes objetivos puramente operários, os interesses do operário polonês e do russo são comuns e

para lutar por eles é necessária a união dos operários numa Constituinte, e não sua separação. A Constituinte de Varsóvia independente só pode ter uma utilidade: isolar a Polônia da Rússia, pois esta reivindicação não é naturalmente comum ao povo polonês e russo; aliás, não é em geral uma reivindicação operária e não tem nada a ver com a atual revolução operária. A palavra de ordem Constituinte de Varsóvia, portanto, é apenas aparentemente um novo programa, mas na realidade tornou-se apenas um biombo atrás do qual o PPS escondeu seu velho e falido programa de reconstrução da Polônia.

No conto humorístico de Henryk Sienkiewicz “Bartek Zwycięzca” (“Bartek, o vencedor”), um general alemão pergunta ao nosso Bartek – polonês –, que serviu no exército alemão na guerra contra os franceses: “Você sabe, Bartek, quem são os franceses?” Bartek responde: “Sei. São como os alemães, só que ainda mais canalhas”. Do mesmo jeito podemos dizer com as palavras de Bartek: a Constituinte de Varsóvia é o mesmo programa da reconstrução da Polônia, só que infelizmente muito pior. Já vamos saber por quê.

Primeiro, esta Constituinte polonesa, que deve reconstruir a Polônia, é uma enganação vazia, como foi antes o aberto programa de reconstrução. O próprio PPS durante anos dizia e escrevia que o único jeito de conquistar a independência da Polônia seria um levante armado nacional, isto é, uma guerra entre poloneses e russos, como foi a guerra de Kościuszko 100 anos atrás, e depois os dois grandes levantes de 1831 e 1863. E o PPS, pelo menos, falando assim honesta e abertamente, tinha razão. Porque ainda não aconteceu de uma nação oprimida recuperar a independência por outro caminho, a não ser uma guerra, um levante nacional de toda a massa do povo. Mas, atualmente, como um levante polonês se mostrou uma utopia, e não adianta sonhar com ele, o PPS jogou a reconstrução nas costas da Constituinte. Mas por qual milagre poderia a Constituinte separar a Polônia da Rússia? Vamos imaginar que o nosso povo, logo após a vitória sobre o governo tsarista, já elegeu os seus representantes – como deseja o PPS – e que eles já se encontram em Varsóvia para constituir a Assembleia Constituinte polonesa independente. E depois? Será que essa Assembleia composta por algumas

centenas de pessoas deve, por meio da votação, aprovar e imprimir a resolução de que a partir de agora a Polônia não pertence mais à Rússia e constitui uma República separada e independente? Mas primeiro, nós perguntamos, de onde irá surgir essa vontade de independência da Polônia na Assembleia Constituinte polonesa. Será que, logo após a derrota do governo tsarista, desejarão separar-se da Rússia os representantes dos donos de fábrica poloneses, ou a nobreza polonesa, ou os pequeno-burgueses poloneses – daqueles que diante da Rússia tsarista andavam sempre de quatro, submissos feito cachorrinhos? Será que irão votar a favor da reconstrução da Polônia a nacional- democracia ou os conciliadores que hoje estão prontos a entregar direto aos policiais russos qualquer indivíduo que mencione a separação da Rússia? Ou, quem sabe, os representantes dos camponeses poloneses, que não queriam e não querem nem saber do “poder polonês”, de repente ansiarão pela independência na Constituinte polonesa? Obviamente, seria uma loucura esperar que a sociedade burguesa polonesa se declarasse na Constituinte a favor da separação da Rússia à qual, nos

tempos atuais, permanece grudada com as duas mãos. Mas, nos dirão que iremos, enfim, ter lá também os operários poloneses, com os quais contamos, e os seus representantes na Constituinte vão se declarar a favor da República polonesa independente! E isso é também uma irresponsável enganação do povo. Se a maioria dos operários poloneses estivesse a favor do programa da independência da Polônia, se sentisse que esta corresponde aos seus interesses de classe e se estivesse em condições de conquistá-la, com certeza não esperaria a Constituinte para então reconstruir a Polônia pelo voto, o falatório, mas se levantaria para lutar pela independência nacional nas ruas, como hoje se levanta para lutar pela liberdade política. E se o próprio PPS acreditasse, por um momento, que a maioria dos operários quer e pode reconstruir a Polônia, já faz tempo que teria levantado a palavra de ordem da insurreição, como tinha prometido. Mas, como foi obrigado a abandonar esta palavra de ordem, como pode agora iludir a si mesmo e aos outros que amanhã na Constituinte os operários optarão por defender este mesmo programa de independência? Os operários revolucionários

não são farsantes como a intelectualidade burguesa que, numa reunião de centenas de pessoas, estão dispostos a alardear suas ações heroicas em defesa da pátria, mas que não têm força nem vontade de apoiar suas palavras na luta concreta. Podemos ver, portanto, que a esperança de a Constituinte de Varsóvia se manifestar a favor da independência da Polônia é pura fantasia.

Mas suponhamos ainda, para melhor fundamentar a análise da questão, que, por algum acaso, essa Constituinte de Varsóvia realmente se pronuncie a favor da separação da Polônia da Rússia. Qual seria o resultado? Um dos dois: ou aquela decisão permanecerá no papel, tornando-se um simples desejo que ninguém levará a sério e, nesse caso, tudo continuará como antes. Ou o povo levará essa decisão a sério e começará a eleger um governo polonês, a preparar um exército polonês; resumindo, a organizar-se realmente como um Estado polonês independente. Mas será que a Rússia permanecerá em silêncio? É claro que após a derrubada do tsarismo e mesmo depois da proclamação da República, a Rússia permanecerá uma Rússia burguesa igual à Polônia,

que permanecerá uma Polônia burguesa. E a Rússia burguesa certamente não aceitará a separação do Reino da Polônia do Estado russo. Notamos, pois, que um Estado republicano, como os Estados Unidos da América, tenta anexar em guerras sangrentas novos países, como aconteceu alguns anos atrás com as ilhas Filipinas. Vemos que a França republicana tem conquistado enormes territórios, ou seja, colônias, em todos os cantos do mundo e ao menor movimento daqueles povos na direção da sua independência envia tropas, persegue os nativos com ferro e fogo e os atravessa com o fio da espada. Da mesma maneira seria uma ilusão pensar que a burguesia russa, apesar de estar pronta para conceder a autonomia à Polônia, veria tranquilamente a Constituinte Polonesa declarando a independência da Polônia e o povo polonês se separando, realmente, da Rússia. O resultado seria apenas que a burguesia russa enviaria tropas para o nosso país com a finalidade de “pacificar os rebeldes”. Desse modo, novamente, a questão se resume a um levante nacional, à guerra russo-polonesa, questão que o próprio PPS declarou “enterada” nos últimos congressos e que, por isso, procura evitar

de todos os modos possíveis.²³ Mas, como a verdade vem à tona independentemente de que lado se olhe, a Constituinte de Varsóvia traz à luz um fato: pelos mesmos motivos que o atual programa de reconstrução através da Constituinte é uma quimera e uma utopia, também era quimera e utopia o antigo programa de reconstrução da Polônia por meio de um levante.

O próprio PPS sente isso perfeitamente, porque diante dessa impossibilidade não exige da Constituinte de Varsóvia a reconstrução da Polônia inteira, mas apenas de “três quartos”. O PPS exige que a Polônia seja uma República livre, mas que permanecerá em uma *união federativa* com a República russa, isto é, duas Repúblicas independentes, que vão passar juntas de mãos dadas.²⁴

Não adianta gastar muitas palavras para comentar esta ideia mais recente. Qualquer operário politicamente consciente vai entender, depois de refletir um pouco, que isto é simplesmente um aborto artificial e bizarro de cérebros desequilibrados. Nenhum deles tampouco vai entender porque e para que os operários poloneses precisam dessa união

federativa, em outras palavras, dessa associação frouxa da República polonesa com a russa. Ou isso – ou aquilo. Se a Polônia independente é possível e se atende aos interesses dos operários poloneses, tem que se ter a coragem de anunciar isso abertamente como programa e perseguir esse objetivo, o que significa contar com o levante nacional. Ou a independência da Polônia não é possível e neste caso não é possível nem “pela metade”, nem em “três quartos” e essa República independente, grudada com a Rússia, não se mostra nem um pouco menos fantasiosa do que aquela antiga Polônia totalmente independente. O programa dessa “federação de repúblicas” não é carne nem peixe; é um programa que já à primeira vista parece ser do tipo “quero e não posso” e que apenas revela a falência do programa de reconstrução da Polônia e a vontade de mascarar essa falência a qualquer custo.

Exatamente por isso dissemos que a atual palavra de ordem “Constituinte de Varsóvia” é pior do que o antigo programa do PPS.

Nos tempos de hoje, se alguém se dirigir aos operários poloneses convocando-os aberta e nitidamente para a re-

construção da Polônia independente, para o levante nacional, a enorme maioria dos operários se afasta imediatamente e vira as costas, porque sabem muito bem que esses objetivos são não operários, que são estranhos aos seus interesses, e que são palavras de ordem ilusórias que, nas condições atuais, desviam do caminho da luta de classes e são contrárias ao objetivo socialista. Mas quando se fala aos operários sobre a “Constituinte de Varsóvia” e que ela deve proclamar a futura “federação” da República polonesa com a russa, apenas um em dez operários saberá qual o significado dessas palavras, porque tanto “Constituinte” como “Federação” são palavras novas para o povo polonês, sendo necessárias maior reflexão e maior maturidade política para descobrir o que se esconde por trás dessas palavras. Portanto, muitos operários não acreditar que aquela “Constituinte de Varsóvia” e a “Federação” representam um “programa totalmente novo”, não percebendo que, nessas palavras de ordem aparentemente “novas”, permanece o velho nacionalismo nocivo à causa proletária, à revolução e ao socialismo.





O exército tsarista reprimiu violentamente os revoltosos de 1905, deixando milhares de mortos apenas no "domingo sangrento".

VII

NEM A CONSTITUINTE DE VARSÓVIA, NEM A “FEDERAÇÃO” DA LIVRE REPÚBLICA polonesa com a russa obviamente não vão dar em nada, como não deu em nada o levante polonês, apesar de o PPS por anos tê-lo anunciado e contado com ele. Tudo vai acabar novamente em mera enganação dos operários, porque não vai acontecer nenhuma convocação de uma Constituinte polonesa independente e, mesmo que acontecesse, a Constituinte não iria declarar de maneira nenhuma a separação entre a Polônia e a Rússia; enfim, mesmo que declarasse, não teria nenhum efeito. A Constituinte é, em geral, uma Assembleia que tem a tarefa e também o poder não para

realizar qualquer coisa que venha à cabeça de um partido, mas apenas aquelas palavras de ordem pelas quais o povo de todo o Estado lutou efetivamente durante a revolução. Essas palavras de ordem foram a liberdade política comum, a República em todo o Estado e a jornada de trabalho de oito horas, e não a separação da Polônia da Rússia, de qualquer forma que seja.

Mas também dessa palavra de ordem terá de surgir um outro efeito. A agitação em favor da “Constituinte de Varsóvia” independente se mostra como um novo modo de dividir os operários poloneses dos seus irmãos russos. Durante doze anos o PPS tentou dividir o proletariado polonês do russo com um programa separado de reconstrução da Polônia, dizendo que os operários russos são imaturos e incapazes para lutar pela liberdade política. Agora, quando a explosão da revolução na Rússia, contrariando aquelas palavras, uniu o proletariado da Polônia e da Rússia em um poderoso exército combatente para a admiração de todo mundo, o PPS inventa, bem no meio da luta, um novo pretexto para dividir este exército fraterno.

Os operários, que combateram juntos, que juntos participaram de greves, que juntos quase morreram de fome, que juntos derramaram seu sangue, devem, logo após a derrota do tsarismo, dividir-se imediatamente: os operários poloneses devem ter por objetivo a “sua” Constituinte independente e o “seu” programa – a independência da Polônia – e os operários russos a sua Constituinte russa e a sua República russa! Mas hoje cada um entende que toda a força dos operários se encontra na sua união, na sua solidariedade de classe. Exatamente essa união e luta comum dos operários derrubará o governo tsarista. Todo o poder da atual revolução baseia-se na união dos operários poloneses, russos, judeus, letões, armênios em uma única classe, com um único objetivo e um único programa. Separar hoje o proletariado polonês desse comum com a ajuda de palavras de ordem particulares significa enfraquecer, tanto os operários poloneses quanto os russos, enfraquecer e debilitar a revolução operária. Além disso, significa ainda *desviar o movimento operário na Polônia de um fundamento classista e puramente operário.*

Outros indivíduos trabalham a favor do isolamento do povo operário polonês do povo russo com toda a dedicação: a burguesia polonesa, os exploradores poloneses. Seu representante, a nacional-democracia, também tenta esclarecer a cada passo que o povo polonês tem “suas próprias” necessidades e aspirações, que “nós, poloneses” não devemos olhar para os “russos”, mas precisamos melhorar as nossas condições de vida “nacionais” por conta própria. O sentido moral destes ensinamentos é sempre o mesmo: a burguesia polonesa, os exploradores poloneses, a “nação” polonesa devem se unir totalmente, nós precisamos de “solidariedade nacional”, isto é, a “solidariedade” dos exploradores poloneses com as vítimas da sua exploração. Em outras palavras, é preciso que os operários poloneses parem de lutar contra os seus capitalistas poloneses e se deixem guiar por eles como um rebanho de carneiros – em nome dos “interesses próprios do povo polonês”.

Desta maneira, a divisão entre operários poloneses e russos acaba sempre, querendo ou não, na união dos operários poloneses com os exploradores poloneses, na ruína

da causa operária e do socialismo. E qualquer um que tenta isolar o proletariado polonês do russo, independente de seu pretexto, seja nacional-democrata ou socialista, se convoca para o levante nacional ou para a “Constituinte de Varsóvia” independente, sempre leva água ao moinho da burguesia polonesa, ao moinho do pior inimigo do operário polonês. Por isso, *atenção, operários, à palavra de ordem “Constituinte de Varsóvia”! Viva a Constituinte única e comum com o proletariado russo – Constituinte geral de todo o Estado!*

Varsóvia, 1906

Notas

1. “Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista. Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar” (Karl Marx; Friedrich Engels. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p.69).
2. Referência à insurreição de dezembro de 1905 em Moscou em que trabalhadores se insurgiram contra o tsarismo e resistiram às tropas do governo por uma semana, com apoio da população. (N. E.)
3. No seu sétimo Congresso, em março de 1905 em Varsóvia, o PPS reivindicou a independência constitucional de todas as nacionalidades do

império tsarista, portanto também dos poloneses, que, nesse caso devia ser definida por uma Constituinte sediada em Varsóvia como o mais alto órgão constitucional, fruto de eleições gerais, iguais, secretas e diretas (ver *PPS-Lewica 1906-1918. Materiały i dokumenty*, v.1, Varsóvia, 1961, p.4ss.). O encontro foi declarado como Congresso no decurso das deliberações, contra o que houve forte objeção de um grupo de delegados. A cisão organizativa do partido, que ocorreu durante 1906, assumiu sua forma inicial nesse Congresso, uma vez que se abriram fissuras consideráveis sobre questões fundamentais quanto à compreensão da revolução.

4. Optamos aqui por traduzir *krajowy* – adjetivo derivado do substantivo “*kraj*” que significa país, território – por “local”. (N. T.)
5. Ver pontos 1 e 2 no texto programático “O que queremos? Comentários sobre o programa da Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL)”, escrito e publicado em 1904 por Rosa Luxemburgo e Leo Jogiches, o qual foi atualizado no início de 1906, durante a revolução (cf. Rosa Luxemburgo, *Textos escolhidos I*. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2017, p.222ss).

6. No parágrafo 7, se reivindica a igualdade de direitos dos cidadãos sem distinção de gênero, crença, raça e nacionalidade, no parágrafo 8 se enfatiza o direito à instrução escolar nas línguas nacionais e, sobretudo, o direito igual da língua de cada região em relação à língua oficial. No parágrafo 9 de fato se reivindica o direito à autodeterminação de todas as nações do Estado russo. Rosa Luxemburgo polemiza incisiva e sistematicamente com essa posição no primeiro capítulo de seu trabalho escrito em 1908/1909, “Questão das nacionalidades e autonomia” (Cf. Rosa Luxemburgo, *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p.9-53).
7. Referência aos intensos confrontos entre armênios e tártaros na cidade de Jelizavetpol, no Azerbaijão (hoje Gãcã), que chegaram ao ápice em 24 de dezembro de 1905, destruindo extensas áreas da cidade e deixando pelo menos 2 mil pessoas mortas.
8. Rosa Luxemburgo se refere aqui aos fiéis da Igreja Greco-Católica ucraniana. (N. T.)
9. Dmitri Trepov (1855-1906), de maio a outubro de 1905, foi suplente do ministro do Interior

- responsável pela polícia e gendarmaria no Império tsarista; Vyacheslav Plewe (1846-1904), de 1902 a 1904, foi ministro do Interior, tendo sido assassinado num atentado em São Petersburgo; Nikolai Muraviov (1850-1908), de 1894 até pouco depois da irrupção da revolução, em janeiro de 1905, foi ministro da Justiça e procurador-geral.
10. Na verdade, união de 17 de outubro, os chamados “outubristas”. Denominado segundo o 17 (30) de outubro de 1905, quando o tsar anunciou seu famigerado Manifesto de Outubro.
 11. Referência ao domingo sangrento, estopim da Revolução Russa de 1905, quando a guarda do tsar Nicolau II disparou contra mais de um milhão de trabalhadores que marchavam pacificamente para o Palácio de Inverno, em São Petersburgo, com o objetivo de reivindicar direitos para o povo. (N. E.)
 12. No caso dos social-democratas no império tsarista, refere-se ao já mencionado texto “O que queremos? Comentários sobre o programa da Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL)” (Rosa Luxemburgo, *Textos escolhidos*. v.1. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.207-262).

13. Esta declaração refere-se à passagem correspondente no texto “O que queremos? Comentários sobre o programa da Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL)” (ibid., p.224-226). A apresentação detalhada ocorreu mais tarde, 1908-1909 (Cf. Rosa Luxemburgo, *A questão nacional e a autonomia*, ibid., p.177-251).
14. Democracia Progressista refere-se a uma tendência política fundada em 1904 como União Progressista Democrática. As raízes ideológicas remetem ao programa positivista do chamado trabalho orgânico, como reação à derrota da insurreição de janeiro de 1863, mas alimentam-se também do movimento livre-pensador. Conciliador era uma tendência política que se entendia partidária da “*Realpolitik*”, por meio da qual visava a uma coordenação histórica com a Rússia tsarista. Ambas as tendências tinham poucas possibilidades de se afirmar contra a nacional-democracia no campo burguês. Esta, segundo o programa de 1903, aspirava às mais altas formas de existência política independente para a Polônia, o que, no entanto, excluía uma insurreição nacional contra a Rússia. No decurso

da revolução de 1905-1906, esse conceito mudou cada vez mais em direção a uma reivindicação de autonomia para o Reino da Polônia, que acabou se tornando, a partir de maio de 1906, o pilar de sustentação dos deputados poloneses na Duma tsarista. Em vários artigos, escritos em 1908 e mais tarde, Rosa Luxemburgo polemiza com esse conceito de autonomia dos nacional-democratas.

15. “*Jeden tylko – jeden cud: Z szlachtą polską polski lud*”, de Zygmunt Krasiński: *Psalmes przyszłości* [Salmos do futuro]. Esse texto, publicado em 1845, recebeu críticas mordazes dos contemporâneos, entre outros, Juliusz Słowacki, porque a nobreza convocava levemente o povo a agir, ou seja, a insurgir-se, sem se dar conta minimamente da alta responsabilidade que isso significava.
16. Em 1867, a Galícia, ocupada pela Áustria, obteve direito de autonomia com um parlamento em Lemberg. O polonês tornou-se a língua oficial em 1870.
17. Espécie de lideranças comunitárias. (N. E.)
18. Em 1º de dezembro de 1906, o Parlamento central em Viena aprovou a reforma eleitoral, segundo a qual em maio de 1907 o Conselho do Reich foi eleito pela primeira vez em eleições gerais,

iguais, secretas e diretas pela população masculina adulta em toda a Áustria.

19. Em 4 de abril de 1794, não muito longe de Racławice, situada entre Cracóvia e Sandomierz, deu-se a primeira batalha polonesa vitoriosa na insurreição liderada por Tadeusz Kościuszko contra a divisão da Polônia, na qual as tropas russas foram derrotadas. Um panorama da batalha foi pintado em 1893-1894 e colocado em Lemberg (atual Lviv). Hoje pode ser visitado em uma rotunda especial em Breslávia. No antigo campo de batalha, em 1934, foi inaugurado um memorial.
20. Rosa se refere, por exemplo, a um artigo no jornal *Robotnik*, n.63, de 19 de outubro de 1905, em que sob o título “Nasze stanowisko wobec wyborów” [Nossa atitude em relação às eleições] é justificado o boicote às eleições para a Duma propostas pelo governo tsarista. Em resumo, estava escrito: “Continuemos a lutar, esclareçamos nossos irmãos, condenemos a comédia da Duma, continuemos com nossas palavras de ordem políticas! Continuemos com a ideia de República Popular, de independência da Polônia, de convocação da Assembleia Constituinte (Constituinte)

para Varsóvia, eleita pelo voto universal, igual, direto e secreto, o qual estabelece uma constituição e que, em consulta com o Parlamento do povo em Petersburgo, determinará nossa relação com a Rússia” (*PPS-Lewica* 1906-1918, *ibid.*, p.47).

21. Ver o texto de 1895, “Das unabhängige Polen und die Arbeitersache” [A Polônia independente e a causa dos trabalhadores] (cf. Klaus Kinner [org.], *Neue Texte von Rosa Luxemburg* (Leipzig, 2011, p.33-87)
22. “Ao que Jesus lhe afirmou: “Tomé, porque me viste, acreditaste? Bem-aventurados os que não viram e creram!” (João 20:29).
23. Referência ao sétimo Congresso do PPS em Varsóvia, em março de 1905, assim como ao oitavo Congresso, que ocorreu de 12 a 23 de fevereiro de 1906 em Lemberg. Na resolução, entre outras coisas, lê-se: “A ideia de uma insurreição nacional (uma guerra russo-polonesa) é utópica, uma vez que as classes proprietárias polonesas não lideram, nem querem liderar uma luta revolucionária. Não corresponde, portanto, à natureza da luta proletária, que se apoia no comportamento solidário da classe trabalhado-

ra em todo o Estado. A solidariedade da classe trabalhadora, que luta contra a dominação do tsarismo e a contrarrevolução burguesa, a unidade cada vez maior das fileiras proletárias, a comunhão das tarefas do proletariado em todo o Estado – este é o ponto de partida para a nossa tática revolucionária. Esta tática não tem nada em comum com a ideia de insurreição nacional. Por isso o oitavo Congresso do partido considera necessário que o nosso partido faça todos os preparativos possíveis para participar da revolução armada do proletariado no império tsarista [...]” (*PPS-Lewica*, 1906-1918, *ibid.*, p.82).

24. Nessa mesma época, 1906, Rosa Luxemburgo polemiza com a ideia de federação nos círculos de esquerda do PPS na brochura *Programa federacji, czyli PPS w błędnym kole* [O programa do PPS sobre a federação ou o PPS no círculo vicioso].

**O PROLETARIADO
COMBATENTE PRECISA,
NO MOMENTO DA VITÓRIA,
TOMAR O PODER EM
SUAS MÃOS, NÃO PARA
CONSTITUIR UM GOVERNO
PERMANENTE, MAS PARA
ESTABELEECER UM ASSIM
CHAMADO GOVERNO
PROVISÓRIO, CUJA TAREFA
SERIA MANTER O PODER
ATÉ QUE AS TAREFAS
DA REVOLUÇÃO SEJAM
CUMPRIDAS E A NOVA
ORDEM SE CONSOLIDE**



**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**